

Servidor ficará sem aumento este ano

O Governo não vai conceder reajuste salarial para os funcionários públicos este ano. A medida faz parte de um duro ajuste nas contas públicas contido na revisão dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União. Em relação a versão orçamentária original, o Governo vai reduzir as despesas com pessoal e encargos sociais em Cr\$ 150 bilhões. Na parte das despesas correntes, de uma estimativa inicial de Cr\$ 810 bilhões, o Governo fará este ano uma economia de Cr\$ 146 bilhões. "O corte foi além da gordura, atingiu também a carne" disse, ontem, o diretor do Departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri.

Para chegar a um superávit de 1,22 por cento de um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em Cr\$ 25,3 trilhões, o Gover-

no concentrou esforços para tornar possível o pagamento antecipado do principal da dívida mobiliária. A previsão é amortizar Cr\$ 1,1 trilhão até dezembro. Segundo o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Rodrigues, o estoque da dívida pública mobiliária, que era de 150 bilhões de dólares em 31 de dezembro de 1989, terá uma redução de 25 por cento até 31 de dezembro deste ano. "Esse sacrifício agora será compensado no ano que vem com uma menor carga na conta dos encargos da dívida", observou Forghieri.

A área econômica não tomou conhecimento da autorização do Poder Legislativo, para que fossem abertos créditos para a "programação especial" uma série de obras do interesse dos senadores e deputados que in-

tegram a Comissão Mista de Orçamento. "O Governo não tem recursos para mais nada" argumentou Forghieri. As receitas do orçamento da seguridade social também estão contidas ao máximo. A estimativa de arrecadação das contribuições de empregados e empregadores é de Cr\$ 1,110 trilhão, dos quais Cr\$ 1,045 trilhão já está comprometido com os benefícios a aposentados e pensionistas. Se o Congresso decidir aumentar os benefícios, terá que elevar o valor das contribuições. Todos os membros da equipe econômica da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao diretor do Departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri, garantem que do orçamento fiscal não sairá nem um tostão para cobrir os gastos da Previdência Social.